

Necropolítica e tranfake : (de) codificando as assimetrias discursivas sobre representatividade trans.¹

Keo Silva² (UFSC)

Resumo: Tematizar questões como visibilidade e representatividade das identidades dissidentes tem sido tema urgente das reflexões sobre mídia e identidade. No curso dessa reflexão, nos deparamos com movimentos políticos culturais de resistência tanto em relação à censura dos conservadores, quanto em relação à denúncia frente à prática cultural do tranfake. Essa reflexão tem como objetivo destacar algumas problematizações sobre o tema da representatividade de pessoas trans, colocando em cheque questões como a codificação e decodificação cultural a partir da prática do tranfake. A partir de conceitos como necropolítica, epistemicídio e sistema snuff problematizamos questões relacionadas ao enquadramento que se dá a noção de representatividade da vida trans (e preta) e as questões que a circundam como violência, invisibilidade, regimes de inteligibilidade e reconhecibilidade.

Palavras: Chaves: Cisnormatividade, necropolítica, codificação cultural.

Discutir os agenciamentos da violência atualmente tem sido tema de extrema importância diante a gestão necropolítica dos corpos nas sociedades contemporâneas. Na América Latina, por exemplo, vemos como esse conceito agencia questões relacionadas a corporalidades e territorialidades específicas, como os debates mobilizados pelo conceito de negropolís (Díaz- Benitez, 2021; Amparo, 2020) que fala sobre a distribuição e ocupação territorial das grandes cidades como Bogotá desde o agenciamento do necrobiopoder do capitalismo racial (Ferreira da Silva, 2019). Também vemos esse conceito chegar ao Brasil a partir de interpretações interessantes como as de Peter Pelbart (2018) e Suzi Piza (2022) que tecem caminhos distintos sobre a interpretação e aplicabilidade do conceito. E também marcando uma ordem global relacionado ao excepcionalismo estadunidense (Puar, 2024).

Em 2021, diante a dimensão do avanço do conservadorismo e uma aproximação com um *ethos* cultural que habita a sociedade brasileira, que pode ser chamado de

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

conservadorismo social (Nunez, 2021) desenvolvi uma reflexão sobre os agenciamentos da necropolítica frente às corporalidades trans (Silva e Vaz, 2021), com o intuito de produzir um debate sobre inteligibilidade social e visibilidade trouxe alguns temas que concentram os agenciamentos da necrobiopolítica em relação às corporalidades trans. Sobre tudo aquilo que permeia o tema da performatividade de gênero, precariedade, colonialidade etc no campo representacional político e midiático.

Ao compreender esses agenciamentos, é primordial situar o conceito de cisnormatividade como conceito basilar para a reflexão feita nesse artigo onde proponho que o conceito de necropolítica é um decodificador da cisnormatividade, e observo essa questão desde as cruzadas anti-gênero (Prado e Correa, 2018) e do conservadorismo social e seus debates transnacionais.

Diferentemente do anticomunismo e do ultraliberalismo, no entanto, o conservadorismo social não se difundiu de cima para baixo, mas já se encontrava bastante disseminado por todas as classes. Incitado, por um lado, pelas conquistas obtidas pelos movimentos feministas e LGBTQIA+ ao longo da década anterior, e por outro lado, pela fabricação de pânico morais, ele também se aproveitou de um senso de ameaça iminente constantemente realimentado para se alastrar. (Nunez, 2021. Pg.37).

O objeto observado aqui diz sobre uma reflexão a respeito dos imaginários culturais que surgem no emaranhado desse embate político cultural e o que eles mobilizam em termos de produção de identidade, representação e representatividade e como os espaços são também criados para esse fim, como os meios de comunicação e a internet.

Desse modo organizei o texto em três sessões que se atravessam em uma reflexão sobre a decodificação cultural da cisnormatividade para produzir uma reflexão sobre a vida trans. Para isso apresento uma revisão teórica sobre o tema da cisnormatividade, uma genealogia do conceito (Espinosa Miñoso, 2019). Depois uma breve reflexão de como esse conceito é operacionalizado por discursos conservadores em campos sociais diferentes em que o agenciamento necropolítico em relação as vidas trans utiliza da performatividade de gênero, enquanto norma, para produzir um tipo de transcolonialidade de gênero (Di Pietro, 2021), a partir de discursos segregadores, de uma estética punitivista e violenta, e da produção de narrativas representacionais inferiorizantes.

Stuart Hall nos apresenta a idéia de codificação e decodificação cultural a partir da teoria da comunicação.

Decodificar, dentro da versão negociada, contém uma mistura de elementos de adaptação e de oposição: reconhece a legitimidade das definições hegemônicas para produzir as grandes significações, ao passo que, em um nível mais restrito, situacional, faz suas próprias regras, funciona como exceção a regra. (Hall, 2013. Pp. 444).

Entender a relação entre codificação e decodificação cultural é ter como pressuposto analítico a relação produtor –mediador – receptor da informação e ainda, entender que tanto codificação quanto decodificação não necessariamente pressupõe uma continuidade ou uma relação entre elas.

Para essa reflexão compreendo a produção de discurso de uma norma social que codifica/normatiza um padrão cultural, como forma de incorporação e portanto, de naturalização de determinados comportamentos, idéias, teorias, noções, etc.

A codificação abre um símbolo no que diz respeito às partes que o constituem, e assim também sua relação com outros símbolos: ele se expande e obvia uma imagem ao interpretá-la, ao colocá-la em um contexto que se torna, assim, parte de seu significado. (Strathern, 2017. Pp.182).

Podemos pensar a dimensão da performatividade (Turner, 1974) e das imagens (Butler, 2015; Strathern, 2017). Esse movimento estaria implicado na noção de codificação cultural, de assimilação da norma cisgênera, por exemplo. Em contra partida, a decodificação está relacionada à desnaturalizar noções e aspectos desses padrões incorporados. Dito isso, e entendendo a posicionalidade epistêmica desse arcabouço teórico, cabe também entender que a codificação cultural está relacionada ao debate político-ideológico e como os seus dispositivos tecnológicos são agenciados na manutenção das relações de poder.

A decodificação da norma cisgênera, implica posicionar-se desde um exercício crítico teórico e reflexivo geoespítêmico e corporal, que opera como uma ferramenta analítica, para pensar o cenário político brasileiro (nesse caso) e transnacional, desde uma perspectiva de gênero transfeminista (Nascimento, 2020) ou do decolonial queerness (Bachetta, 2020), por isso é importante uma contextualização do conceito situando-o geoepistemicamente e corporalmente enquanto um decodificador de normas impostas e naturalizadas na sociedade ocidental.

Desenvolvido na década de 1990 (Rodvalho, 2017), o conceito cis, surge para nomear o conjunto de pessoas que não eram identificadas nem se identificavam como transgênero e ou transexual. Nos anos 2000 ele começa a ser decodificado no debate

entre gênero e sexualidade no ciberativismo trans. (Kaas, 2012). Também o termo cisgênero passa a ganhar centralidade no debate como um conceito fundamental para as reflexões transfeministas:

a cisgeneridade é uma “condição sobretudo política” cujo efeito de naturalização produz privilégios (KAAS, 2012). O objetivo transfeminista com o uso do termo não é, portanto, fixar a cisgeneridade como uma posição ontológica, mas, sim, nas palavras de Kaas, “evidenciar o caráter ilusório da naturalidade da categoria cis” (2012). (Hining E Toneli, 2023. Pp. 3)

Na segunda década dos anos 2000 o conceito torna-se um dos eixos principais no debate sobre as produções de políticas institucionais e sociais para pessoas trans (Angonesi e Lago, 2017). E pode ser definido como:

um conceito composto pelas compreensões socioculturais ocidentais e ocidentalizadas de gênero tidas como naturais, normais e biológicas, que são por sua vez as compreensões que fundamentam as leituras sobre vivências e corpos em termos de gênero. (Vergueiro, 2015. Pp.61)

No tocante a esse conceito, podemos entendê-lo como um decodificador de uma norma de gênero naturalizada no ocidente por meio do sistema sexo/gênero (Rubin, 2017), e que atua ou é agenciado de maneiras específicas em relação a normatização do gênero, que podem ser observado por dados estatísticos que contabilizam as mortes por transfeminicídio, por suicídio, por exclusão, se olharmos os dados de exclusão escolar, exclusão no mercado de trabalho e transfobia familiar, que caracterizam um circulo de exclusão (Silva, 2022). Esses exemplos nos demonstram como a performatividade de gênero – para usar um termo codificado pelos estudos de gênero – atua sobre experiências que desobedecem ao código cultural instituído pelo sistema sexo/gênero.

Esse conceito aparece de forma não nomeada em teorias como as teorias sobre sexualidade (Harry Benjamin *apud* Bento, 2008; Thomas Laquer, 2001). Por isso um mapeamento ou genealogia do conceito é importante como maneira de nomear a norma (Mombaça, 2021; Ahmed, 2015) e entender como esta norma atua de maneira naturalizada no controle dos corpos das sociedades contemporâneas, ou seja, como um decodificador cultural. (Paramo, 2018)

Além desse decodificador, outros conceitos surgem no campo semântico do debate e são operacionalizados diante o agenciamento da violência em relação as vidas trans no Brasil. Como o conceito de necropolítica (Mbembe, 2018) para falar sobre a soberania e os limites das teorias eurocêntricas sobre biopoder, o conceito ganha também análises mais específicas nas reflexões sobre o capitalismo gore (Sayak Valencia, 2010) e sobre a noção de necrobiopolítica (Bento, 2016; Silva e Vaz, 2021)

evidenciando a quebra ou superação do paradigma da sociedade disciplinar para a sociedade do controle onde o corpo e seu controle biotecnológico tornam-se elementos centrais, assim como os agenciamentos das normas sob esses corpos nos diz sobre a gestão da morte de determinadas populações.

A codificação produzida por esse tema transparece o debate político no campo cultural, em que a relação entre performatividade de gênero e precariedade compõe a codificação *necro* da ordem política cultural (Cardenas, 2017), na produção de tecnologias de segregação, como os banheiros (Antra, 2023; Silva, 2024), e os esportes. Um efeito disso ocorre na ordem de debate transnacional sobre gênero quando discute-se se gênero deve ser considerado uma determinação biológica, como o caso ocorrido na Inglaterra³.

No Brasil essa disputa vem sendo narrada (Eliane Brum, 2019; Guimarães, 2021) e demonstra como uma ordem de gênero conservadora impacta nos debates sobre os direitos sexuais e reprodutivos e sobre reconhecimento, em uma disputa polarizada entre justiça social x tradição (Brown, 2019) em que a população trans torna-se alvo em uma discussão global e generalizada. No entanto, para essa reflexão proponho observar os agenciamentos da violência diante o conservadorismo social a partir de uma análise sobre as agendas anti-trans que se colocam como uma pauta conservadora no cenário político. Acompanhando esse debate por meio de notícias que compõe a discussão pública sobre a participação de pessoas trans no esporte. Para isso analiso os projetos de lei que propõe a proibição de pessoas trans nas categorias esportivas de acordo com a identidade de gênero. Com o objetivo de pensar os imaginários sociais.

E produzo uma reflexão sobre a dimensão representacional das identidades trans no Brasil, sob o debate de representatividade, representação e visibilidade a partir da codificação do sistema snuff, como um enquadramento político que codifica a norma cis.

O debate representacional também mobiliza hierarquias que se fundamentam sob a noção do epistemicídio, apagamento ou inferiorização de representações fora do código ocidental branco e europeu. Penso essa questão desde o fenômeno do transfake, que mobiliza o campo artístico reivindicando espaço de reconhecibilidade sobre a produção artística trans e opondo-se a comercialização e inferiorização dessas narrativas.

³ <https://www.brasildefato.com.br/2025/04/16/justica-britanica-decide-que-definicao-legal-de-mulher-e-baseada-no-sexo-biologico/> Acesso em 30/01/2026 as 20:16.

A codificação da norma cisgênera no esporte – comentários.

Em 2017 observei o debate sobre os discursos opositores a participação de mulheres trans nas competições de vôlei profissional na categoria feminina⁴ (Vaz et al., 2020). Dentre os discursos que emergiram, a idéia de que deveria ser proibido a participação de jogadoras trans, cogitando a possibilidade de uma terceira categoria formada só por pessoas trans nos esportes profissionais formava a opinião de conservadores. Esse debate não acontece apenas na modalidade do vôlei, mas atravessa os debates sobre inclusão e desigualdades nos esportes e emerge nos debates contemporâneos em outras categorias como no tênis⁵. E exemplifica uma forma de codificação cultural da cisnormatividade, pois fundamenta-se em argumentos biologicistas e transfóbicos a exclusão de atletas trans das modalidades esportivas profissionais. Assim, temos um exemplo de um agenciamento da violência – transfobia – como uma codificação cultural no campo esportivo.

O fato da proibição mostra formas como a cisnormatividade é codificada, na defesa de um discurso biologicista, que argumenta que mulheres trans teriam mais vantagens físicas que mulheres cisgêneras. No entanto, as regras de elegibilidade de gênero que define as categorias no esporte são regulamentadas por instituições como o COI⁶ que promovem ações de inclusão e desmistificação de medidas segregadoras relacionadas à identidade de gênero⁷.

Questões semelhantes ocorrem no debate sobre os banheiros, em que o argumento conservador defende a idéia de criar um terceiro banheiro para pessoas trans. “Os conservadores republicanos vêem as provisões sobre os banheiros como uma necessidade de proteger mulheres, em oposição, os democratas, vêem como uma forma de discriminação”. (Priyowicaksono; Habsari, 2020. Pp. 73 – tradução do autor). Tal noção remete a uma codificação cisgênera que pode ser interpretada pela dimensão da necropolítica como agenciamento da vida trans no Brasil. Pois indica uma assimetria vertical agenciada pelo discurso biológico de gênero e reproduz um discurso segregacionista, configurando assim uma ordem colonial de gênero que codifica a

⁴https://www.estadao.com.br/politica/ana-paula-henkel/biologia-nao-e-de-esquerda-nem-de-direita/?srsltid=AfmBOoqgmkuvpQQ3G_sRrDL6fCr7CYXArCbT4RpGHFi9Vx6Y-sydCXYj 11/12/2025
– as 08:58.

⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2025/12/sabalenka-considera-injusto-que-mulheres-transgenero-participem-do-circuito-feminino.shtml> acesso em 17/12/2025 às 13:00.

⁶ Comitê Internacional Olímpico

⁷https://www-wolymphics-com.translate.goog/ioc/human-rights/fairness-inclusion-nondiscrimination?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc&_x_tr_hist=true

produção desse discurso. Além disso, é importante entender como o esporte funciona como uma tecnologia de gênero fortemente relacionada à produção da identidade, principalmente a identidade nacional.

Esse debate se estende não só pelo campo midiático, mas ganha força no campo legislativo. Na produção de projetos de leis estaduais que visavam proibir a participação de pessoas trans nas competições esportivas profissionais, como o projeto de lei que foi colocado em votação em São Paulo em 2019⁸ e em 2023 em Florianópolis o projeto de 0016/2023⁹ – que proíbe a participação de pessoas trans no esporte no Estado de SC.

Diante a essa questão observamos dois pontos: o primeiro deles alinhado com a relação da necropolítica a reprodução de um discurso segregacionista sob o a codificação de uma norma social que reproduz uma lógica de eliminação (Wolfe, 2006) dessas corporalidades que é apropriada e ganha o espaço público por meio dos discursos conservadores. Por outro, podemos identificar uma estratégia discursiva performativa que também aborda a dimensão da soberania, considerando que o esporte profissional tem uma função de produzir e reafirmar os códigos da identidade nacional, por meio de codificações culturais, como a norma cisgênera. Por tanto, excluir ou segregar pessoas trans em competições esportivas oficiais remete a um código social em que a transfobia é codificada em uma ordem de gênero naturalizada.

Interessante como no debate esportivo há uma codificação a partir do binômio proibição/autorização. Em outras reflexões pensei sobre a proibição de manifestações LGBTIA+ durante a copa de futebol masculino, em detrimento de uma norma religiosa local. (Xavier e Silva, 2023) e como a partir dessas relações se produz uma polarização entre modernidade x atraso. Em defesa, a instituição reguladora dessas normas, a FIFA, decidiu por “respeitar” a norma local e proibir manifestações. Em 2023 durante a copa feminina de futebol tivemos a primeira competição profissional em que o Hijab¹⁰ foi autorizado para jogadoras de religião islâmica, até esse momento esse artefato era proibido nas competições, resultando até em desistência por parte de algumas equipes que discordavam do posicionamento da FIFA contra o uso do hijab. É interessante pensar como as normas de gênero e sexualidade são agenciadas em prol de um discurso conservador e das tradições. Assim como, no debate contra pessoas trans no esporte, é

⁸ <https://www.conjur.com.br/2019-out-07/pl-proibe-trans-torneios-femininos-tramita-urgencia-sp/> acesso em: 05/01/2026.

⁹ Disponível em: <https://portalegis.alesc.sc.gov.br/proposicoes/zVDo5/documentos> acesso em 23/12/2025

¹⁰ Lenço ou véu utilizado por mulheres islâmicas.

mister observar como a performatividade de gênero e o dispositivo de sexualidade são agenciados em nome de uma codificação cultural da norma cisgênera, portanto, desde uma perspectiva da tradição e não da ruptura de padrões e da norma ao invés da diversidade.

Necropolítica como codificador da cisnormatividade – *snuff* e espetacularização da morte.

Quando demonstro como a codificação cultural da norma cisgênera opera diante um discurso conservador, no sentido de produzir um discurso proibicionista e segregacionista, no exemplo sobre os esportes. Também me atento a dimensão representacional dessa codificação.

Para uma leitura mais consistente dessa ideia, é necessário pensarmos desde a produção de imaginários sociais e culturais, principalmente aqueles relacionados aos dispositivos imagéticos, como as imagens e imaginários produzidos na mídia e na internet. Esse tema não trata apenas da representação no sentido de produção de personagens na mídia que performatizam histórias de pessoas trans. Mas fala sobre a produção discursiva e imagética de uma infrahumanização (Pj diPietro, 2021) dessas corporalidades, no sentido da vida real. E que opera como regulador da norma cisgênera. Podemos pensar sobre o enquadramento do sistema *snuff*.

El sistema farmacopornográfico, podríamos decir siguiendo a De Lauretis, funciona como una máquina de representación somática, donde texto, imagen y corporalidad fluyen en el interior de un circuito cibernético. El género, en esta interpretación semiótico-político de Lauretis, es el efecto de un sistema de significación, de modos de producción y de decodificación de signos visuales y textuales políticamente regulados. (Preciado, 2008. Pp. 85).

O sistema *snuff*, tem como objetivo espetacularizar a morte, como produção de certa excitação e codificação de uma norma (Preciado, 2008). A decodificação desse enquadramento traz ao debate sobre representatividade e visibilidade, a dimensão performativa da morte, podemos observar tal questão interpretando os índices de transfeminicídio e suicídio de pessoas trans (ANTRA, 2025), como um efeito da necropolítica sob a vida trans. que atinge corpos e territorialidades específicas desde a produção da sua precarização. Como por exemplo, o caso Dandara¹¹, travesti que foi brutalmente assassinada no estado do Ceará em 2017 e teve sua morte gravada e difundida nas redes sociais.

¹¹ <https://www.brasildefato.com.br/2017/03/10/artigo-dandara-foi-espancada-ate-a-morte-em-plena-luz-do-dia-e-seus-assassinos-riam/> acesso em 14/12/2025 as 10:12.

A forma que essa morte acontece exemplifica a idéia de uma vida que não é passível de luto pensada por Mbembe (2018) na definição de soberania, quanto em Butler (2015), sobre a dimensão da autorização da violência contra determinados corpos, no sentido de sua regulação. Nesse caso os dispositivos “biopolíticos” ganham uma dimensão de codificação dessa morte, e o enquadramento midiático, cinematográfico, imagético, ganha uma dimensão performativa que pune as corporalidades que desobedecem o seu alinhamento e a violência é um tipo de regulação. Essa regulação é determinada pela produção de não inteligibilidade desses corpos e também não possibilita espaço de reconhecibilidade. Esses dois processo são induzidos pela codificação da norma cisgênera.

Assim, por meio do conceito de necropolítica, decodificamos a norma cisgênera, diante a idéia de espetacularização da morte e a produção imagética que performa um modelo de regulação. (Silva, 2019).

Ao contrário do tanque ou míssil, que é claramente visível, a arma contida na forma do corpo é invisível (...) o corpo não esconde apenas uma arma. Ele é transformado em arma, não em sentido metafórico, mas no sentido verdadeiramente balístico. (Mbembe, 2018. Pp143)

O Sistema Snuff – como uma técnica política utilizada pelos meios de comunicação (TV, internet), tem como recurso gravar a morte – no mesmo sentido de espetacularizar a morte, utilizando tanto do aspecto sensacionalista, da difusão dessa informação - codificação, quanto punitivista em seu sentido regulador - necropolítico. Assim, a morte opera como um agente regulador da cisgeneridade, identificado no imaginário brasileiro. “A política se tornou snuff: extermínio por e para representação”. (Preciado, 2008. Pp. 164.)

Nesses termos, podemos decodificar a cisnormatividade a partir da idéia de que a não inteligibilidade dos corpos trans diante o código na norma cisgênera, gera um tipo específico de violência que chamamos de transfobia. A produção de conteúdos como esse que difunde a morte de Dandara e adentra também o ciberespaço, atenta também para a produção algorítmica dessa transfobia como uma agenciamento da necropolítica (Cardenas, 2017). O borramento dessa identidade, a não-inteligibilidade borramento opera como codificação.

Nos últimos anos identifiquei outro fator relevante para pensar a necropolítica – que é a questão do suicídio transmasculino.(Silva e Vaz, 2021). Uma das agendas políticas contra o regime necro diante a vida trans no Brasil. O suicídio de pessoas

transmasculinas pode ser compreendido como uma codificação da cisnormatividade. Podemos decodificá-lo a partir da noção de necropolítica:

O corpo sitiado passa por duas fases: transformado em mera coisa; conduzido à morte – suicídio (...) o corpo se duplica e na morte escapa do estado de sítio e ocupação. (Mbembe, 2018. Pp. 143).

Em outro debate argumentei que o suicídio de homens trans, assim como o não direito ao reconhecimento póstumo à identidade de gênero, como o caso de seu Lorival Bezerra¹², são tipos de agenciamentos da necropolítica atravessada pela dimensão da não-inteligibilidade dessas corporalidades. (Silva, 2019; 2021; Ferreira da Silva, 2019).

Dessa forma, a visibilização desse corpo gera um tipo de inteligibilidade, no entanto o enquadramento *snuff* codifica a cisnorma gerando assim um borramento dessas identidades. Do mesmo modo, a produção de um discurso violento e punitivista impede a produção de um espaço em que esse corpo seja reconhecível como humano. Podemos dizer que o enquadramento *snuff* opera como um dispositivo de infra-humanização.

Então, podemos dizer que temos a espetacularização da morte como um dispositivo de codificação da norma cis. No entanto, a dimensão da espetacularização aparece no debate da representação trans também em outra perspectiva como no caso da espetacularização da transição de gênero, uma prática bastante recorrente no mercado dos influenciadores digitais (nova posição social, na era ciber).

Na sessão anterior tratei sobre a dimensão da produção de um discurso segregador em relação a pessoas trans no esporte, a partir da codificação da cisnormatividade. Que remete a defesa de uma identidade nacional excepcional, que não se vê representada nos esportes por uma pessoa trans, um sintoma da sociedade brasileira. No debate sobre representação, também observa-se um fenômeno midiático relacionada a representatividade trans (Miguel Missé, 2018), ou no agenciamento dessa representação, na produção de propaganda política conservadora, como caso de Caytlin Jenner, mulher trans, ex-triatleta que midiaticizou sua transição de gênero em um *realityshow* na TV norte americana e abertamente apoiadora de Donald Trump. Nesse caso vemos um agenciamento da espetacularização da transição de gênero, como um dispositivo político em defesa do excepcionalismo estadunidense (Puar, 2024).

¹² <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2019/03/13/justica-determina-enterro-de-mulher-que-se-identificava-como-homem-corpo-esta-ha-158-dias-no-imol-em-ms.ghtml> acesso em 05/01/2026 as 17:39

Também bastante sintomático no campo representacional, provocando reprovação por parte de movimentos trans e transfeministas.

representação, PL 504, transfake, black face, epistemicídio da representação.

Compreender a codificação da norma cisgênera desde a perspectiva da necropolítica, nos mostra dois tipos de codificação da cisnormatividade. O primeiro deles relacionado a como a vida e morte trans são difundidas e operacionalizadas em seu sentido performativo. Produzindo um imaginário social de infra-humanidade. (Di Pietro, 2021). E o segundo de como a vida trans é performatizada em seu sentido representacional, a decodificação desse movimento desnaturaliza normas de infra-humanização.

Podemos pensar essa questão desde o fenômeno representacional do transfake. Essa questão é permeada pelas dinâmicas do reconhecimento e das identidades culturais e sociais da sociedade contemporânea. Onde a representividade é tema debatido em âmbito social e político e um dispositivo fundamental na produção de imaginários sociais e culturais. No campo progressista a representividade trans vem sendo debatida a luz da luta por reconhecimento, na produção de identidades positivadas, na luta por inclusão social. Porém a ascensão do conservadorismo social coloca outros elementos em jogo nesse debate.

No campo artístico vemos acontecer um debate de âmbito moral que persegue e censura a Peça *O evangelho segundo Jesus a rainha do céu* em 2018¹³. Esse debate nos coloca a par sobre as manifestações do conservadorismo em relação a produção artística de pessoas trans, mas também traz ao debate público o tema de representatividade e representação. Essa peça foi interpretada por uma atriz travesti, que em um monólogo representava Jesus.

O fato de uma travesti representar Jesus, mobiliza um tipo de decodificação relacionado a uma dimensão moral, o que provoca o incômodo dos conservadores. E coloca em questionamento a universalidade da dimensão representativa em que negar esse tipo de representação revela o lugar da travesti dentro de uma hierarquia social e cultural. Nesse sentido é possível decodificar o incômodo conservador por meio do conceito de cisnormatividade. Compreender como esse evento agencia elementos

¹³ <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/06/peernambuco-cancela-apresentacao-de-peca-em-que-transexual-interpreta-jesus.shtml>

performativos que nos levam a entender a produção de uma ordem epistêmica, de negação sobre esse tipo de representação.

Esse tema mobiliza a ideia do epistemicídio, como definido por Grosfoguel (2016), em termos de uma representação do ser, trazida a partir da representação do cristianismo e da razão cartesiana. Esses dois paradigmas representariam a noção de humanidade e todos os outros tipos de representação e conhecimento seriam colocados como não-humanos, colocados como o outro da humanidade (Carneiro, 2001; Ferreira da Silva, 2019; Fannon, 2019; Lee e Benevides, 2018).

Esse debate ganha espaço não só na arena representacional no campo artístico, mas também na esfera da política institucional

Em 2022 vemos a manifestação dessa narrativa do conservadorismo social emergir no campo legislativo através do Projeto de Lei 504/2020¹⁴, que proibia qualquer manifestação relacionada a identidade de gênero e sexualidade nas propagandas veiculadas na TV no estado de São Paulo. Esse projeto foi vetado, mas indica uma codificação cultural em que os temas de gênero e sexualidade são temas centrais nessa disputa de narrativas que nos mostra uma transição de governabilidade

No tocante a esse tema surge outro debate, também florescido do cerne das produções audiovisuais que envolvem o protagonismo trans, que é o debate sobre o transfake. Uma prática artística que consiste na construção de personagens trans em novelas, séries, teatro, etc representados por pessoas cisgêneras.

Esse debate ganha corpo nas redes sociais e na mídia após a repercussão de um personagem trans em uma novela exibida em horário nobre em uma das principais emissoras de televisão do Brasil. A novela *A força do querer*¹⁵, exibida em 2017 na Rede Globo de Televisão, tinha como um dos protagonistas da trama Ivan um homem trans – que como boa parte das representações de pessoas trans na TV, teve sua transição de gênero como narrativa principal do seu personagem. Tirando esse clichê, o que trouxe o debate sobre o personagem era de que ele era interpretado por uma atriz cisgênera.

Na escrita trans, como representado em compilações recentes (Nestle, Howell e Wilchins, 2002; Stryker e Whittle, 2006; Currah, Moore e Stryker, 2008; O'keefe e Fox, 2008), os gêneros característicos são narrativas autobiográficas, comentários televisivos e de filmes, ensaios filosóficos e

¹⁴ Proíbe a publicidade, através de qualquer veículo de comunicação e mídia de material que contenha alusão a preferências sexuais e movimentos sobre diversidade sexual relacionados a crianças no Estado. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000331594>

¹⁵ *A Força do Querer* é uma telenovela brasileira produzida e exibida pela TV Globo de 3 de abril a 20 de outubro de 2017, em 172 capítulos.

literários; os aspectos intelectuais que conduzem são pensadores pós-estruturalistas, especialmente Foucault e Butler; os problemas centrais são o eu, a subjetividade, a voz, discurso, categoria e representação. O corpo é, obviamente, presente na escrita trans, mas de forma características a preocupação é com imagens corporais, marcas sentidos e símbolos. (Connell, 2016. pp. 235)

Até aqui partimos da idéia de que a produção narrativa sobre transgeneridade, como histórias de pessoas trans em novelas, na literatura, na internet, geram determinada inteligibilidade social desses corpos. No entanto, quando essa representação é feita por uma pessoa cis essa discussão ganha outro tom em termos de (de)codificação da cisnormatividade. Então podemos dizer o *transfake* é um tipo de epistemicídio no campo da representação.

Em um primeiro enquadramento Ivan, enquanto personagem trans cria inteligibilidade acerca da identidade transmasculina. Porém, também sabemos que na comunidade transmasculina temos diversos artistas que não podem ocupar o lugar da atriz que representa Ivan, por serem trans. Esse caso nos revela uma hierarquia no espaço discursivo e também uma dimensão de relações de trabalho no campo das artes codificado pela cisnorma. Além de produzir especulativamente a idéia de uma narrativa única sobre transgeneridade.

Além disso, podemos observar como há uma produção de um fetiche sobre um personagem trans, no sentido de uma identidade consumível no campo do espetáculo/indústria cultural, que gera audiência e espetacularização. (Feinberg, 2015)

Nesse sentido podemos dizer que a produção dessa inteligibilidade sobre narrativas de experiências transmasculinas é codificada pela norma cisgênera, por produzir um distanciamento ou reificação da narrativa trans (como um papel a ser interpretado), naturalizando hierarquias sociais codificadas pela cisnormatividade. Essa prática revela uma ordem colonial que constitui o campo da representação.

Compreender a dimensão moral dessa questão nos leva a entender também que o debate sobre representação é atravessado pela dimensão da codificação cultural de uma norma social naturalizada que se co-produz e se prolifera de diversas maneiras.

O *transfake*¹⁶, prática representacional semelhante ao *blackface*¹⁷, nesse caso pode ser entendido como um tipo de epistemicídio da representação. Pois reifica a

¹⁶ Prática artística em que atores e atrizes cisgêneras interpretam pessoas trans. Essa prática tem sido questionada por artistas trans em oposição à prática do *transfake*. https://www.youtube.com/watch?v=d9_s0_y7H7w

representação das experiências trans a um mero produto comercializado no mercado de série televisivas e desconsidera o trabalho artístico de feito por pessoas trans, produzindo um código de infromhumanização.

Existe uma semelhança sonora e estética entre as expressões transfake e blackface, fazendo com que o transfake apareça como uma releitura desse fenômeno que historicamente esteve relacionado a pessoas negras (...) Enquanto o blackface promove uma caricatura que procura despertar a risada e a chacota, o chamado de transfake pretende sensibilizar, recorrendo a uma idéia de que pessoas trans têm vidas marcadas por uma intensa infelicidade, herdada da tradição médica (Sofia Favero e João Gabriel Maracci, 2023 P. 26.)

O debate atual traz à público a necessidade de compreender outras co-produções de poder que emergem no espaço da representação, como o transfake. por demonstrar uma assimetria no campo do reconhecimento e representacional e na divisão social do trabalho artístico. (Alcoof, 2020).

Decodificar esses modelos de representação revelam as hierarquias dos espaços discursivos e opera como um codificador da cisnormatividade. Assim, o código cultural da cisnormatividade está relacionado ao consumo dessa transição de gênero enquanto discurso produtor de certa inteligibilidade do corpo trans, que desperta maior visibilidade em campanhas publicitárias e na internet, sem a produção de uma inteligibilidade social que supere a dimensão necro naturalizada no imaginário político social.

Assim decodificar essa prática é também decodificar a cisnormatividade desde o debate sobre representação, representatividade e visibilidade, discutidas desde a perspectiva da de colonialidade. Hackear (Ferreira da Silva, 2021), ou decodifica-la é também uma forma de questionar a naturalização apontando movimentos performativos de reificação dentro dessas dinâmicas.

Decodificação da cisnormatividade e representação – elementos da arte como confronto

No tocante ao debate do transfake, surge um debate sobre a produção audiovisual feita e protagonizada por pessoas trans. O documentário *Preciso dizer que*

¹⁷ “Era uma prática na qual pessoas negras eram ridicularizadas para o entretenimento de brancos. Estereótipos negativos vinham associados às piadas, principalmente nos Estados Unidos e na Europa. No século 19, atores brancos usavam tinta para pintar os rostos de preto em espetáculos humorísticos, se comportando de forma exagerada para ilustrar comportamentos que os brancos associavam aos negros.” – Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49769321> visto em 14/12/2025 as 12:44.

te amo, lançado em 2020¹⁸ – produzido por Ariel Nobre, homem trans e cineasta, aborda o tema do suicídio transmasculino, entre outras questões comuns nas realidades transmasculinas, de uma maneira sensível, decodificando a cisnormatividade desde a idéia da produção audiovisual elaborada por pessoas trans, reivindicando esse espaço representacional e de enunciação.

Esse movimento e sua crítica preocupam-se com a inteligibilidade desses corpos, como filmes, novelas entre outros. E também em decodificar a norma cisgênera naturalizada dentro desses espaços de produção narrativa, sempre figuradas pelas representações cis e brancas (Kilomba, 2020).

Esse documentário enquadrado desde uma perspectiva transmasculina e autônoma, como um manifesto, retrata os imaginários transmasculinos, como o confronto com o espelho, o conflito com a cisnorma da sociedade capitalista e em uma releitura da obra de arte Mãe Preta fala sobre a redenção à vida que é negada as transmasculinidades. Esse documentário produz uma narrativa ética e estética em oposição à lógica colonialista do epistemicídio e da necropolítica, restituindo à comunidade transmasculina uma decodificação representacional da cisnormatividade em nome da vida trans.

Considerações

Até aqui procurei desenvolver um caminho explicativo com o objetivo de compreender como a cisnormatividade funciona como código cultural nos espaços políticos de representação.

Decodificar esses códigos culturais da dominação e da modernidade nos ajuda a compreender certo caminho performativo produtor de inteligibilidade tanto da norma como das corporalidades que escapam dela. Ao decodificarmos a cisnormatividade presente nesses enquadramentos percebemos como são agenciados alguns dispositivos de infrahumanização na produção de imaginários sobre pessoas trans.

Esses movimentos configuram um tipo de codificação cultural da cisnorma como dispositivo da produção discursiva do conservadorismo social.

Na mídia, o blackface mostra a codificação cultural do racismo. O transfake mostra como a cisnormatividade é operacionalizada como código cultural a partir de outras co-produções de poder, como relações de colonialidade em termos de acesso aos

¹⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=ufITFLF7eHo> – Preciso dizer que te amo

espaços de representação. Por fim, podemos dizer que essas práticas podem ser lidas como epistemicídio da representação, ou ainda, podemos usar o conceito de orientalismo (Said, 1991) para compreender a codificação cultural do ocidente em relação a produção da outrificação como um dispositivo representacional, do mesmo modo o racismo e transfobia, são respectivamente codificações da branquitude e da cisgeneridade.

Nesse sentido, podemos pensar a relação entre necropolítica e cisnormatividade desde a compreensão de que a cisnorma é operacionalizada enquanto dispositivo ou código cultural do ocidente, na gestão da morte da população trans no sentido real, quanto representacional, por isso é importante compreender a sua codificação e como descontinuidade é importante decodificá-la como forma de desnaturalizar a norma.

Referências bibliográficas

- ALCOFF, Linda. The Problem of Speaking for Others. O problema de falar por outras pessoas. ABATIRÁ - REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGENS Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XVIII V1:: n.1 Jan : Jun :: 2020. p. 1- 460
- ALVES, Jaime. A. Biópolis, necrópolis, negrópolis: notas para um novo léxico político nos estudos sócioespaciais sobre o racismo. *Geopauta*. V.4,n.1, 2020.
- ANGONESE, Mônica; LAGO, Mara. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. *Articles • Saude soc.* 26 (1) • Jan-Mar 2017.
- BACCHETTA, Paola.; Jivraj, Suhraiya; Bakshi, Sandeep. Decolonial sexualities: Paola Bacchetta In Conversation With Suhraiya Jivraj And Sandeep Bakshi. *Interventions*, 2020. p.1– 12.
- BENEVIDES, Bruna g.; LEE, Débora. Por uma epistemologia das resistências: apresentando saberes de travestis, transexuais e demais pessoas trans. *Revista latino americana de geografia e gênero*, v. 9, n. 2, p. 252 -255, 2018.
- BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024*. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025.
- BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense. 2008.
- BENTO, Berenice. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. In: COLLING, L. Dissidências sexuais e de gênero. Salvador, EDUFBA, 2016, pp.43-68.
- BOURCIER, Sam. *Homo Incorporated. O triangulo e o unicórnio que peida*. Sam Bourcier. n-1edições,2020.
- BRASILEIRO. Castiel Vitorino. *Quando o sol aqui não mais brilhar: a falência da negritude*. n-1.Edições. São Paulo, 2022.
- BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- BRUM, Eliane. Brasil, construtor de ruínas: Um olhar sobre o Brasil, de Lula a Bolsonaro. 2019.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam*. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* 1ªed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2015.

CARDENAS, Micha. Dark Shimmers: The Rhythm of Necropolitical Affect in Digital Media. In: *Trap Door. Transcultural production and the politics of visibility*. Center Massachusetts of Technology, 2017.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Do epistemicídio. In: *A construção do outro como não - ser como fundamento do ser*. Tese de doutorado. Feusp. 2005.

CÉSAR, M. R. De a.; DUARTE, A. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. In: *Educar Em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 66, p. 141-155, out./dez. 2017.

CESARINO, Letícia. A máquina de ressonância populista-conspiracionista. In: *O mundo do avesso - verdade e política na era digital*. Ubu Editora, São Paulo, 2022.

CONNEL, Raewyn. *Gênero em termos reais* – São Paulo: Inversos, 2016.

DI PIETRO, P.J. Ni humanos, ni animales, ni monstruos: la decolonización del cuerpo transgénero. *Eidos* no. 34, 254-291. 2020.

DÍAZ - BENITEZ. Maria Elvira. Vidas negras: pensamento radical e pretitude. In: *Pensamento Negro Radical/ Hortense J. Spillers ... [et al.]*; São Paulo: N-1 2021.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderlys. Hacer genealogía de la experiencia: el método hacia una crítica a la colonialidad de la Razón feminista desde la experiencia histórica em América Latina. *Rev. DireitoPráx.*, Rio de Janeiro, Vol. 10, N.03, 2019 p. 2007-2032.

FAINBERG, Leslie. Liberación Transgénero: Un Movimiento Cuyo Tiempo ha Llegado. In: *Políticas Trans: Uma antologia*. GALOFRE, Pol; MISSÉ, Miquel. Editora Egales, S.L. 2015.

FAINBERG, Leslie. Liberación Transgénero: Un Movimiento Cuyo Tiempo ha Llegado. In: *Políticas Trans: Uma antologia*. GALOFRE, Pol; MISSÉ, Miquel. Editora Egales, S.L. 2015.

FANNON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FAVERO, Sofia; MARACCI, João Gabriel. Transfake E A Busca Pela Verdade Na Representação De Travestis E Pessoas Trans. *Revista REBEH* - Vol. 01, N. 04, Out. - Dez., 2018.

FERREIRA da SILVA, Denise. Hackeando o sujeito: feminismo negro e recusa além dos limites da crítica. In: *Pensamento Negro Radical*. São Paulo: Crocodilo; São Paulo: N-1 edições, 2021.

FERREIRA da SILVA, Denise. *A Dívida Impagável*, São Paulo: 2019.

GROSSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI (2016). *Revista Sociedade e Estado* – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril.

HALBERSTAM, Jack. *Generaciones Trans*. Trans*: Una guía rápida y peculiar de la variabilidad de género*. Traducción de Javier Sáez. Editorial EGALÉS, S.L., 2018. p.

HALL, Stuart. Codificação/Decodificação. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik; 2. Ed. – belo horizonte: editora UFMG, 2013.

KAAS, H.. Cissexismo – algumas considerações. Transfeminismo, São Paulo, mai. 2012.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação* - Episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. 1 ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAQUEUR, Thomas. Cap. 1. *Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LAURETIS, Teresa de. *A tecnologia do gênero*. Indiana University Press, 1987.

LAURETIS, Teresa de. Difference Embodied: Reflections on Black Skin, White Masks, *Parallax*, 8:2, 54-68, 2002.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. n-1. Edições 2018.

MISSÉ, Miquel. *A la conquista del cuerpo equivocado* (conquering the wrong body), 172p. Editorial egales, Barcelona, 2018.

MISSÉ, Miquel. *A la conquista del cuerpo equivocado* (conquering the wrong body), 172 p. Editorial egales, Barcelona, 2018.

MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. 1ed. Rio de Janeiro: Cobogó. 2021.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NUNES, Rodrigo. *Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo. Ubu Editora, 2021.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. *Nem ao centro nem a margem! Corpos que escapam às normas de raça e de gênero*. 1ª edição/salvador-BA. Editora devires 2020.

PARAMO, Michael. Transphobia is a White Supremacist Legacy of Colonialism. Medium. 2018.

PELBART, Peter Pál. *Necropolítica Tropical*. Frangmentos de um pesadelo em curso. N-1 Edições. 2018.

PIZA, Suze. “Sequestro e resgate do conceito de necropolítica: convite para leitura de um texto”. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 45, p. 129-148. 2022.

PRADO, Marco Aurélio Maximo; CORREA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. in: *Revista Psicologia Política* Vol. 18. nº 43. pp. 444-448. set-dez. 2018.

PRECIADO, Paul. *Testo Yonqui*. Primera edición: enero de 2008. Barcelona.

PRIYOWICAKSONO, Andi ; HABSARI, Sri Kusumo. The Transgender Bathroom Problem: A Critical Discourse Analysis of Public Opinions from News Sites. *Jurnal Bahasa Sastra dan Studi Amerika* 26(1). June 2020.

PUAR, Jasbir K. . *AGENCIAMENTOS TERRORISTA – HOMONACIONALISMO EM TEMPOS QUEER*. Crocodilos Edições. 2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. 2005. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas Latino-Americanas*. Buenos Aires. 2005.

RAO, Rahul. Global Homocapitalism. *Sexuality Policy Watch* (November 13). 2015.

RIAL, Carmen. Guerra de imagens, imagens da guerra. *Cadernos Pagu*.(47), 2016.

RIAL, Carmen. Mídia e sexualidade: breve panorama dos estudos de mídia. In: *Movimentos sociais, educação e sexualidades* / org. Miriam Pillar Grossi... [et al.]. - Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, 25(1): 365-373, janeiro-abril/2017.

RUBIN, Gayle. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. Gayle Rubin. [1984] In: *Políticas do sexo*. Ubu Editora, 2017.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*/ Edward W. Said; tradução Tomás Rosa Bueno. - São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*(28), janeiro-junho de 2007: 19-54.

SILVA HINING, Ana Paula; FILGUEIRAS TONELI, Maria Juracy. Cisgeneridade: um operador analítico no transfeminismo brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, vol. 31, núm. 1, e83266, 2023.

SILVA, H. R. S. A situação etnográfica: Andar e ver. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009.

SILVA, K; Xavier, W. Antagonismos entre sexualidade e religião no futebol: breve reflexão sobre a colonialidade na Copa do Catar – *Ponto Urbe*, 2023.

SILVA, Keo. Cisnormatividade como (de)codificador cultural: reflexões sobre o tema no campo educacional e de produção de conhecimento. *Para criar um outro mundo possível: 30 anos do Seminário Internacional Fazendo Gênero / Organização Débora de Carvalho Figueiredo... [et al.].* – São Paulo: Pimenta Cultural, 2025.

Silva, Keo. *Autoetnografias: reflexões sobre a cisnormatividade como um dispositivo de colonialidade de gênero*. Tese de doutorado defendida pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - UFSC. 2024.

SILVA, Keo. *Dos saberes e outros trânsitos: percursos de alunos e alunas trans*, políticas de acesso e permanência, 7 anos depois da política de nome social*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal De Santa Catarina, Centro De Ciências Da Educação, Programa De Pós-Graduação Em Educação, Florianópolis, 2019.

SILVA, Keo. Entre direitos e precariedades: cidadania de pessoas trans no Brasil, no Uruguai e Argentina. *Falas, percursos, práticas e modos de (r)ex(s)istir / Organizadores Janine Gomes da Silva, Jair Zandoná, Alessandra Soares Brandão, et al.* – São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

SILVA, Keo. Pânico moral, disputas ideológicas e efeitos nas vidas das minorias: um olhar crítico à cisgeneridade e os atuais tempos sombrios. In: *Contemporânea* (uma quase revista). Janeiro de 2019.

SILVA, Keo; VAZ, Alexandre. Brasil: agenciamentos da violência, necrobiopolítica e conservadorismo frente à população trans. *Temas contemporâneos em ciências humanas e sociais*. Org. Carlos Henrique de Lucas, Terezinha Oliveira Santos. 2021.

SONTAG, Susan. *Contra a interpretação*. Porto Alegre: L&PM, 1987, 350p.

STRARHERN, Marilyn. Artefatos da história: os eventos e a interpretação de imagens. In: *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

Turner, Víctor W. *O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura*; tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis, Vozes. 1974

VALENCIA, Sayak. Necropolítica. *Capitalismo Gore*. 2010.

VAZ et al. De Bruce A Caitlyn Jenner: Esporte, Celebridade, Transgeneridade. *Gênero | Niterói* | v. 21 | n. 1 | p. 167-189 | 2. sem 2020.

VERGUEIRO, Viviane. Colonialidad e cis-normatividade (2014). Entrevista con Viviane Vergueiro. *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales* (III), 2014 pp. 15-21.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia. Salvador 2015.

WOLFE, Patrick. Settler colonialism and the elimination of a Native. *Journal of genocide Research*, 8 (4), December, 387-409. 2006.